

## CAPÍTULO 11

### FERREIRA DE CASTRO: A LÃ, A COVILHÃ E A POLÍTICA LABORAL DO ESTADO NOVO

António Martins Gomes<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup>CHAM - NOVA FCSH. E-mail: amgomes@fsh.unl.pt

## Resumo

Em 1947, Ferreira de Castro publica *A Lã e a Neve*, um romance cujo enredo acompanha a vida de Horácio, um pastor de ovelhas que se torna tecelão na Covilhã, uma cidade industrial. Tanto as personagens como o narrador testemunham o modo como as fábricas de lanifícios aplicam os novos regulamentos sobre os direitos dos trabalhadores, relativos a questões como horas de trabalho e descanso, idades de admissão, higiene e segurança, progressão na carreira, proteção do operariado feminino, construção de casas económicas, desemprego e invalidez. A pobreza e a falta de solidariedade no seio da classe operária, durante as greves de 1946, comprovam o discurso dominante de ordem e paz em Portugal, onde emerge uma utopia industrial como modelo alternativo ao pandemónio existente numa Europa pós-guerra. Será *A Lã e a Neve* um romance encomiástico das novas regras laborais do Estado Novo, o regime fascista de Salazar?

## Palavras-chave

Ferreira de Castro, política laboral, Estado Novo.

É no princípio do século XX que a voz do operário fabril, moderadamente introduzida por Fialho de Almeida no conto «A Ruiiva» (1881), começa a ter o seu protagonismo na literatura portuguesa, há já muito tempo merecido: em 1901, Abel Botelho inaugura a exposição minudente das míseras condições sociais do proletariado lisboeta ao romancear, em *Amanhã*, a labuta dos operários têxteis e a disseminação urbana do associativismo libertário em confronto com o revigorado poder católico; dois anos mais tarde, João Grave relata em *Os Famintos* o quotidiano épico de Luísa, uma jovem que, numa persistente e árdua luta para assegurar o pão para a família, tem de substituir o seu falecido pai numa fábrica têxtil portuense durante um conflito entre o patronato e o operariado, desencadeado por motivos salariais. Em 1947, é editado o romance *A Lã e a Neve*, em cujo enredo Ferreira de Castro (1898-1974) acompanha o percurso agreste de um pastor rural que, ao ambicionar ter uma casa e condições para sustentar a sua família, procura ascender a tecelão na Covilhã, uma cidade industrial do interior.

A tradição de pastorear rebanhos de ovelhas e trabalhar a lã na região covilhanense vem de tempos remotos: em 1420, Dom João I, o monarca que dá início à dinastia de Avis, já se referia aos homens que ali pisoavam o burel e teciam panos de lã meirinha; por sua vez, o dramaturgo Gil Vicente alude, na tragicomédia pastoril *Serra da Estrela* (1527), à criação de ovelhas meirinhas e à produção de panos finos na Covilhã. No início do século XX, esta cidade da Beira Interior detinha um elevado índice de crescimento de população urbana, sendo o sector têxtil aquele que maior número de operários concentrava em toda a indústria portuguesa.

Após o sucesso editorial obtido no início da sua carreira de romancista com *Os Emigrantes* (1928) e *A Selva* (1930), o escritor nortenho Ferreira de Castro publica, em 1947, *A Lã e a Neve*, indubitavelmente uma das obras mais importantes na abordagem romanesca do operariado fabril em Portugal. Com dezasseis edições ao longo do século XX, foi um dos seus romances mais traduzidos, destacando-se a edição na Checoslováquia (1952), com uma introdução de Jorge Amado. Tendo a II Guerra Mundial como pano de fundo histórico, acompanha o protagonista Horácio – um nome que remete para o bucolismo clássico – no seu percurso de guardador de rebanhos a operário especializado. É também uma obra didática, pois o autor, na introdução (Pórtico), conta a evolução da tecelagem na Covilhã, a «Manchester portuguesa», e descreve a epopeia ancestral do «povo dos Hermínios» que pastoreia rebanhos de ovelhas e sobrevive no meio de uma natureza agreste, nas faldas graníticas da Serra da Estrela. O romance aborda ainda a relação complexa entre a pastorícia transumante e o operariado, na sua adaptação à rotina fabril, a luta operária através de propaganda, difusão de livros proibidos, clandestinidade, prisões, manifestações e greves, e simboliza a esperança de uma vida melhor em tempos de instabilidade político-económica.

*A Lã e a Neve* ficciona a cidade da Covilhã como um espaço utópico que se sustém numa aparente concórdia estabelecida entre patrões e operários da indústria de lanifícios, e tanto as mais diversas personagens como o próprio narrador são testemunhas diretas do modo como desponta uma vida mais condigna para o operariado fabril sob os efeitos práticos de duas leis laborais que o Estado Novo havia promulgado na década de 30: o *Estatuto do Trabalho Nacional* (Decreto-Lei n.º 23.048, de 23 de setembro de 1933) e o *Contrato Coletivo de Trabalho*. Com efeito, este extenso romance, dividido em três partes, descreve o modo

exemplar como todas as fábricas têxteis da região beirã aplicam os novos regulamentos sobre os direitos dos trabalhadores, concernentes a horas de trabalho e descanso, idades mínimas de admissão, higiene e segurança, progressão na carreira, proteção do operariado feminino e infantil, atribuição de casas económicas, ou até mesmo a situações de desemprego, invalidez ou reforma.

Em 1933, a II República Portuguesa, sob forte influência do fascismo italiano, havia ratificado uma nova Constituição Política, inspirada em diversas doutrinas, tais como o jusnaturalismo, o corporativismo, o socialismo católico e o socialismo catedrático. Ao longo da década de 30, a Federação Nacional dos Industriais de Lanifícios (FNIL) vai assumir a sua liderança como entidade reguladora da organização económica da indústria têxtil, das matérias-primas e dos salários; deste modo, a FNIL conseguiu estabelecer com a Federação Nacional dos Sindicatos do Pessoal da Indústria de Lanifícios (FNSPIL) os salários mínimos em 1936, o regime dos Quadros Permanentes do Pessoal na secção de tecelagem em 1938, e o Contrato Coletivo de Trabalho em 1939, que é posteriormente sujeito a algumas alterações, como é o caso do Decreto-Lei n.º 24.402, de 24 de agosto de 1934, que estabelece a jornada de oito horas de trabalho para a indústria e o comércio.

No rescaldo da II Guerra Mundial, fome, miséria e morte alastram-se numa Europa sob escombros. Portugal, além de ter resistido estoicamente a esta devastação global, mantém o seu nível económico graças a uma política de neutralidade conduzida pelo regime salazarista; como paradigma alternativo ao pandemónio e desespero existentes numa Europa pós-guerra, uma utopia industrial emergia na «Manchester lusitana», uma pacata cidade do interior.

Em *A Lã e a Neve*, Ferreira de Castro descreve a forma como todas as fábricas da região covilhanense procuram aplicar com todo o rigor os novos regulamentos sobre o direito individual do trabalho, de acordo com o CCT, nomeadamente nas horas de jornada diária, trabalho noturno e turnos. No início da Segunda Parte do romance, Horácio é admitido na fábrica de Azevedo de Sousa; quando inicia o seu trabalho rotineiro, a mudança de turno ocorre sempre às 17 horas, após oito horas de laboração contínua:

Às cinco da tarde, houve um rápido trânsito de figuras na fábrica. Os que trabalhavam de dia deram o seu lugar junto das máquinas a outros que chegaram para o turno da noite e, tão apressadamente como haviam entrado de manhã, abalaram em direitura à calçada que desembocava no portão<sup>2</sup>.

[...]

Milhares de operários laboravam, durante o dia, nas fábricas, e, ao fim da tarde, outros milhares vinham substituí-los para trabalhar noite adentro. Ordenava a lei que não soassem sempre para os mesmos as longas horas noturnas e, assim, em cada semana eles alternavam<sup>3</sup>

A sua nova rotina profissional obriga-o a entrar na fábrica às 7 horas e 55 minutos. A entrada diária dos operários tinha de ser efetuada no momento do toque das sentinelas, e, se alguém se atrasasse mais de cinco minutos – o único tempo permitido, em virtude de os portões permanecerem encerrados durante o período laboral –, ser-lhe-ia descontado o equivalente a uma hora do seu salário:

Na estrada, caminhavam muitos outros operários, em direcção à Covilhã: homens de faces quase ocultas nas golas erguidas de velhos sobretudos; mulheres muito embrulhadas nos xailes escuros e garotos de doze, catorze anos, vestidos com remendadas roupas e uma das mãozitas metida no bolso, enquanto a outra segurava o cesto da comida. Todos marchavam lestamente, que a entrada nas fábricas era às oito menos cinco e se chegassem um minuto depois poderia ser-lhes descontada uma hora no salário<sup>4</sup>.

[...]

---

<sup>2</sup>Ferreira de Castro, *A Lã e a Neve*, 13<sup>a</sup>. ed. (Lisboa: Guimarães Editores, 1980), 143-144.

<sup>3</sup>Ferreira de Castro, *A Lã e a Neve*, 13<sup>a</sup>. ed. (Lisboa: Guimarães Editores, 1980), 165.

<sup>4</sup>Ferreira de Castro, *A Lã e a Neve*, 13<sup>a</sup>. ed. (Lisboa: Guimarães Editores, 1980), 132.

Quando atingiram o alto de onde se avista a Carpinteira, com suas fábricas ribeirinhas, Horácio viu, no declive oposto, outras centenas de negros vultos que desciam da Covilhã para o trabalho. Nessa altura, as sereias fabris deram o primeiro sinal.<sup>5</sup>

Em 1934, o domingo é instituído oficialmente como dia de descanso. Neste dia, veste-se o fato domingueiro, vai-se à missa e ao mercado, namora-se e visitam-se amigos ou os familiares mais próximos, como se constata em alguns excertos do romance:

«— Nós estaremos juntos todos os domingos... Temos todos os domingos por nossa conta...<sup>6</sup>

[...]

Com Idalina, desde que trabalhava na fábrica, só aos domingos podia ir ao mercado.

— Pudesse eu passar lá os dias como os que vêm de Lisboa ou como os filhos dos industriais! Não sou um homem igual aos outros? O mal é que só posso lá ir aos domingos.<sup>7</sup>

Em 1939 é promulgado um despacho que torna obrigatória a filiação sindical de todos os trabalhadores da indústria de lanifícios, com uma quotização semanal. No CCT, também assinado em Junho desse ano, já estava prevista a obrigatoriedade de o patronato assegurar o trabalho, ou o seu respetivo salário, num mínimo de quatro dias por semana. Tal como é referido pelo vigário da aldeia a Horácio, quando este, após regressar do serviço militar obrigatório e constatar que nunca progrediria na vida se se mantivesse na sua humilde condição de pastor de rebanhos, lhe solicita que interceda junto dos industriais fabris a darem-lhe emprego:

<sup>5</sup> Ferreira de Castro, *A Lã e a Neve*, 13ª. ed. (Lisboa: Guimarães Editores, 1980), 133.

<sup>6</sup> Ferreira de Castro, *A Lã e a Neve*, 13ª. ed. (Lisboa: Guimarães Editores, 1980), 318-319.

<sup>7</sup> Ferreira de Castro, *A Lã e a Neve*, 13ª. ed. (Lisboa: Guimarães Editores, 1980), 391.

Como os patrões têm de pagar quatro dias de salário por semana, mesmo que não haja trabalho para os operários, ninguém quer ter gente que não seja absolutamente indispensável.<sup>8</sup>

Em *A Lã e a Neve*, também há novas regras no trabalho infantil. Tradicionalmente, os pais nunca prescindiam de colocar os seus filhos menores a trabalhar nas fábricas, como apoio indispensável à economia doméstica. Em 1923, as crianças ainda eram admitidas aos nove anos de idade; porém, o Decreto-Lei n.º 24.402, de 24 de agosto de 1934, reforçado pelo CCT (1939), estabelece uma nova idade mínima de admissão ao trabalho: doze anos para os rapazes, e catorze para as raparigas. Na Segunda Parte do romance, Horácio é admitido na fábrica covilhanense, onde passa a entrar todas as manhãs juntamente com grandes grupos de homens e mulheres, e, tal como é descrito pelo narrador, com crianças entre doze e catorze anos de idade:

Na estrada, caminhavam muitos outros operários, em direção à Covilhã: homens de faces quase ocultas nas golas erguidas de velhos sobretudos; mulheres muito embrulhadas nos xailes escuros e garotos de doze, catorze anos, vestidos com remendadas roupas e uma das mãozitas metida no bolso, enquanto a outra segurava o cesto da comida.<sup>9</sup>

Para além disso, a contratação de crianças no meio fabril está mais limitada, uma vez que o número de aprendizes não pode exceder vinte por cento do total de operários:

Antigamente, eles metiam quantos aprendizes quisessem, mas agora não podem meter mais de vinte por cento em relação ao

---

<sup>8</sup> Ferreira de Castro, *A Lã e a Neve*, 13ª. ed. (Lisboa: Guimarães Editores, 1980), 40.

<sup>9</sup> Ferreira de Castro, *A Lã e a Neve*, 13ª. ed. (Lisboa: Guimarães Editores, 1980), 132.

número de operários. Tu compreendes? Se uma fábrica tem cem operários e empregados, não pode ter mais de vinte aprendizes...<sup>10</sup>

Ao ingressar na fábrica de Azevedo de Sousa, Horácio, apesar de já ter ultrapassado a idade mínima legal, começa como aprendiz de pegador de fios, a auferir uma remuneração muito baixa. Na Terceira Parte, recém-casado com Idalina e com uma renda de casa para pagar, Horácio decide trabalhar dois turnos por dia – ou seja, dezassete horas no total – pois só deste modo poderia ser tecelão. Assim, com vista a progredir na carreira e ganhar um melhor salário, o protagonista passa a frequentar um curso de tecelagem, após obter as devidas autorizações de Mateus, o gerente da fábrica, do Sindicato Nacional do Pessoal da Indústria de Lanifícios da Covilhã e do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência:

Desde os seus primeiros dias de fábrica, ele decidira aprender tecelagem logo que chegasse a pegador de fios, pois os tecelões ganhavam mais do que os restantes operários. Em vez de salário fixo, recebiam conforme o número de passagens que as lançadeiras faziam nos teares e alguns havia que, ao fim da semana, tinham uma fêria superior às dos outros obreiros melhor pagos. Além disso, os tecelões eram, entre o pessoal fabril, os mais respeitados por mestres e industriais.<sup>11</sup>

[...]

— É só um ano... — atenuou. — Ao cabo de um ano, estou pronto. Muitos tecelões fizeram-se assim... Ganhavam a vida de noite, para poder aprender de dia...<sup>12</sup>

Por intercessão de Horácio, Idalina, a sua mulher, também é admitida na fábrica Renovadora, como aprendiz de esbicadeira. A propósito da mão de obra feminina, que vai aumentando neste período,

<sup>10</sup> Ferreira de Castro, *A Lã e a Neve*, 13ª. ed. (Lisboa: Guimarães Editores, 1980), 40.

<sup>11</sup> Ferreira de Castro, *A Lã e a Neve*, 13ª. ed. (Lisboa: Guimarães Editores, 1980), 315-316.

<sup>12</sup> Ferreira de Castro, *A Lã e a Neve*, 13ª. ed. (Lisboa: Guimarães Editores, 1980), 318.



o Decreto-Lei n.º 24.402, de 24 de agosto de 1934, sobre duração do trabalho, veio igualmente determinar diversas normas de proteção das mulheres, tais como a proibição do trabalho noturno.

Outras questões abordadas no romance de Ferreira de Castro estão relacionadas com a promoção e a prevenção da segurança e da saúde no local de trabalho. Os acidentes laborais ocorriam, na maior parte das vezes, por negligência e incúria de empresas que não cumpriam os padrões mínimos de segurança. As primeiras normas específicas sobre higiene e segurança do trabalho são promulgadas em 1895, mas apenas para o sector da construção civil. A fim de evitar a elevada percentagem de acidentes, o artigo 25.º do decreto n.º 23.053, de 23 de setembro de 1933, cria o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, organismo que se encarrega de certificar o cumprimento das condições do trabalho, tais como o horário, o regime salarial, as leis sobre o trabalho de mulheres e menores, bem como «a higiene física e moral e a segurança do trabalhador».

Em *A Lã e a Neve*, Ferreira de Castro descreve o modo como as novas regras do Estado Novo compulsam o patronato a providenciar condições adequadas aos seus trabalhadores, que envolvem mais higiene e luminosidade nas instalações fabris, bem como a construção de um refeitório:

De quando em quando, ele desviava a vista, rapidamente, para o resto da fábrica, que ainda não havia percorrido. Era um grande quadrilongo asfaltado e com vidros foscos e semiabertos à altura dos beirais, para seu arejamento. A Horácio aquilo parecia excelente. Muito mais limpo e simpático do que o quartel; e com as casas de Manteigas, a respeito de luz e de asseio, nem havia comparação<sup>13</sup>.

[...]

À hora do almoço, os dois amesendaram-se no novo comedeiro. O dia apresentava-se friorento para eles se sentarem ao ar livre, como era tanto de seu gosto, coisa que irritava Azevedo de Sousa, o gerente, o próprio Mateus, sempre prontos a lamentarem ter a fábrica gasto um dinheirão a construir o refeitório que a lei

<sup>13</sup> Ferreira de Castro, *A Lã e a Neve*, 13ª. ed. (Lisboa: Guimarães Editores, 1980), 141.

mandava e, afinal, os operários preferirem continuar a comer arrumados a qualquer parte, lá fora, ao sol, como os bichos, sem ordem, sem jeito nenhum<sup>14</sup>.

Em Portugal, o diploma legal que definiu as bases da Previdência Social – que antecedeu a atual Segurança Social – foi a Lei n.º 1.884, de 16 de março de 1935, em estrita obediência aos princípios gerais consagrados pela Constituição Política de 1933 e pelo Estatuto do Trabalho Nacional. Com o estabelecimento deste sistema, Portugal passa a incorporar o movimento de intervenção dos Estados europeus no domínio da proteção social aos trabalhadores.

Por despacho de 1939, torna-se também obrigatória a quotização sindical do pessoal da indústria de lanifícios, com pagamento semanal de quotas. Em março de 1943, a FNIL, dando cumprimento aos princípios corporativos do regime, comunica aos patrões e aos trabalhadores da indústria de lanifícios as primeiras medidas destinadas à criação da Caixa do Abono de Família, para a qual as entidades patronais passam a contribuir com 5%, e os operários e empregados com 1%.

No romance de Ferreira de Castro, Horácio toma conhecimento de que o seu Sindicato paga agora um subsídio a quem estiver numa situação de desemprego, reforma ou invalidez, algo de que beneficiam, sem exceção, todos os restantes colegas:

Já viste algum patrão querer operários velhos? Antigamente, eram postos na rua sem mais aquelas... Agora, o Sindicato dá-lhes vinte escudos por semana. Sempre podem comer quatro dias por mês...<sup>15</sup>

No fim do romance, o gerente da fábrica despede o Marreta, por limite de idade. Contudo, e apesar de este ter sido sempre um operário grevista, subversivo, e com um vago idealismo utópico, Mateus aconselha-o a ir ao médico da Caixa Sindical, para que lhe passe o atestado de invalidez a fim de receber semanalmente a sua reforma:

---

<sup>14</sup> Ferreira de Castro, *A Lã e a Neve*, 13ª. ed. (Lisboa: Guimarães Editores, 1980), 349.

<sup>15</sup> Ferreira de Castro, *A Lã e a Neve*, 13ª. ed. (Lisboa: Guimarães Editores, 1980), 139.

— Você está cansado, está quase no limite da idade, e o melhor é reformar-se. Eu cá por mim custa-me dizer-lhe isto, mas são ordens. Você deve ir ao médico da Caixa Sindical, para que lhe passe o atestado de invalidez e você poder receber o subsídio... Não é muito: são apenas vinte escudos por semana, mas é melhor do que nada...<sup>16</sup>

A partir de 1932, o Estado Novo começa a implementar uma política habitacional de casas económicas. O primeiro programa de habitação social materializa-se a partir de 1935 com a edificação do bairro do Arco do Cego, em Lisboa. Para a atribuição das habitações económicas, podiam candidatar-se os chefes de família não grevistas e sem cadastro criminal, com idades compreendidas entre os 21 e os 40 anos, e deveriam estar inseridos numa das seguintes categorias: empregados, operários ou outros assalariados pertencentes aos Sindicatos Nacionais, bem como funcionários do Estado, civis e militares. A prestação destas casas seria ainda estabelecida de acordo com o número e o rendimento de cada agregado familiar.

Em 1940, este programa habitacional chega à Covilhã. O bairro do Penedos Altos, localizado numa encosta da ribeira da Carpinteira, a norte da também denominada «cidade-fábrica», foi o primeiro aglomerado de casas sociais inserido no Programa das Casas Económicas, e teve o patrocínio da Caixa de Previdência dos Têxteis; na primeira fase, foi construída meia centena de casas destinadas a alojar cerca de duzentas pessoas. Em *A Lã e a Neve*, o narrador descreve a grande euforia sentida por várias personagens ao longo da sua construção, na expectativa de que alguma delas lhes fosse atribuída:

Nos Penedos Altos havia começado a construção de casas para os pobres. Toda a manhã andara lá, a trabalhar, uma turma de homens. E a todo o momento chegavam camionetas com material. Ao ouvir aquilo, alguns dos operários ainda duvidavam, enquanto outros iam afirmando: «Eu bem preciso de uma casa...» «E eu também.» «E eu também.»

---

<sup>16</sup> Ferreira de Castro, *A Lã e a Neve*, 13<sup>a</sup>. ed. (Lisboa: Guimarães Editores, 1980), 358.

À hora da saída, os que moravam na Covilhã acompanharam os da Aldeia do Carvalho até o ponto da estrada de onde se viam os Penedos Altos. Afinal, era verdade. Já havia alguns alicerces abertos. Perto, levantavam-se rimas de pedras e tijolos que não se encontravam lá de manhã. E, ao fundo, um barracão de madeira e zinco, para recolha das ferramentas e dormida de pedreiros e carpinteiros, fora concluído num só dia<sup>17</sup>.

[...]

Horácio sentia-se cada vez mais contente. E, no domingo seguinte, em Manteigas, deu a novidade a Idalina: “Estava resolvido a casar-se. Já era operário e pouco importava que a casa não fosse dele. O principal era que fosse como ele a havia desejado. E a Câmara ia, agora, construir casas assim para os operários”<sup>18</sup>.

[...]

— Olha, é acolá! — disse. E apontava os Penedos Altos, numa suave declividade da outra margem da ribeira. — É acolá que estão a construir as casas para os pobres. Vês? É um sítio bonito, não é verdade?

Idalina mirava as dezenas de paredes, ainda sem cobertura, que se erguiam ao longe, em frente dela, e confirmava:

— É muito bonito.

— Pois é lá que ficará a nossa... Vão construir por ali acima, para os operários da Covilhã<sup>19</sup>.

Em 1941, o delegado do Governo, num ato de propaganda do regime fascista, inaugurava este bairro operário com o seguinte discurso oficial:

---

<sup>17</sup> Ferreira de Castro, *A Lã e a Neve*, 13ª. ed. (Lisboa: Guimarães Editores, 1980), 267.

<sup>18</sup> Ferreira de Castro, *A Lã e a Neve*, 13ª. ed. (Lisboa: Guimarães Editores, 1980), 268.

<sup>19</sup> Ferreira de Castro, *A Lã e a Neve*, 13ª. ed. (Lisboa: Guimarães Editores, 1980), 307.

— [...] este domingo, apesar de invernososo, é um dia de júbilo, não só para a família operária covilhanense, mas para a cidade inteira, um verdadeiro amplexo entre as várias classes da sociedade, pois só assim, pela justiça social, se obtém a harmonia que constitui a base sólida para o bem-estar das colectividades<sup>20</sup>.

Todavia, no momento da distribuição das casas, nem Horácio nem os restantes colegas da fábrica são contemplados no sorteio, uma vez que os seus rendimentos eram insuficientes para pagar a prestação de setenta escudos por mês, ao longo de vinte anos. Com efeito, para além da elevada amortização, estas casas não eram sorteadas apenas para os cerca de seis mil trabalhadores da indústria de lanifícios, mas também para funcionários públicos, empregados do comércio, motoristas e padeiros, todos filiados nos mais diversos sindicatos e com maior estatuto económico.

O Albergue dos Pobres, na Covilhã, foi inaugurado em 1900. Na década de 30, foi integrado num programa nacional do Estado Novo e passou a chamar-se Albergue dos Inválidos do Trabalho; a «Assistência Operária» foi uma das suas fórmulas mais significantes, porque este espaço comunitário também começou a acolher os reformados da indústria de lanifícios sem casa própria, que pagavam uma quota simbólica. Em 1970, passou a designar-se Lar de São José, e ainda recebe uma contribuição dos operários.

No final do romance, Horácio visita o seu colega Marreta, que, encontrando-se já reformado e sem possibilidade de pagar a renda da casa onde vivia, não teve outra solução senão ir para essa mesma instituição, onde também residiam deficientes mentais; aí, toma consciência do panorama entristecedor que rodeava estes operários na fase derradeira das suas vidas amargas:

Agora, para onde quer que ele volvesse os olhos, Horácio via figuras de velhos – velhos por toda a parte. Uns coxeavam à sua frente, outros arrastavam-se sobre o lajedo, apoiando-se a bengalas<sup>21</sup>.

---

<sup>20</sup> Ferreira de Castro, *A Lã e a Neve*, 13ª. ed. (Lisboa: Guimarães Editores, 1980), 339.

<sup>21</sup> Ferreira de Castro, *A Lã e a Neve*, 13ª. ed. (Lisboa: Guimarães Editores, 1980), 368.

A partir de 1910, com a implantação da república portuguesa, as greves tornam-se uma prática comum no quotidiano instável do novo regime político. Para obter a ordem social e a disciplina no trabalho, o Estado Novo promulga, em 1933, duas medidas drásticas: proíbe as greves e substitui os sindicatos de associação livre por sindicatos nacionais, mais limitados nas suas atividades. No ano seguinte, um novo Decreto-Lei vem definir as coimas a aplicar às associações de trabalhadores grevistas e aos patrões em *lock-out*. Com a eclosão da II Guerra Mundial, Salazar procura proteger o patronato industrial, causando uma maior desigualdade social. Perante a ausência de respostas da estrutura corporativa face às crescentes reivindicações operárias, em novembro de 1941, uma multidão de operários junta-se em frente à Câmara Municipal da Covilhã a exigir aumentos salariais.

Durante este período conflituoso, assiste-se a uma paralisação massiva de operários em protesto contra o custo de vida. Após uma aparente paz social e a consolidação do corporativismo nos anos 30, estas greves vêm abalar a estabilidade do regime. Embora tivessem sido consideradas greves políticas, a sua organização não terá sido partidária nem mediada pelos sindicatos nacionais. Devido à inflação, à desvalorização dos salários e à escassez de bens alimentares, os movimentos de protesto expandem-se na Covilhã durante o período da guerra e atingem o seu auge em 1946, com mais greves e intervenções militares.

*A Lã e a Neve* inclui alguns episódios das greves levadas a cabo pelos operários têxteis da Covilhã, Tortosendo e Vila do Carvalho. Porém, estas greves tiveram uma fraca adesão, porque «o número de amarelos era maior do que se imaginava»<sup>22</sup>. Horácio, por exemplo, não faz greve, pois um registo criminal retirar-lhe-ia toda a esperança que ainda tinha de lhe ser atribuída uma casa; o protagonista, apesar de ler livros proibidos, frequentar reuniões clandestinas e começar a ter consciência de classe, é, como muitos outros, um «amarelo», um epíteto utilizado pelas associações operárias para classificar pejorativamente todos aqueles que se alheavam das lutas organizadas. Vários operários foram presos e torturados na esquadra da PSP da Covilhã, sendo enviados posteriormente para o Forte de Caxias, em Lisboa. Em protesto, várias mulheres dirigem-se à esquadra, a pedir liberdade para

---

<sup>22</sup> Ferreira de Castro, *A Lã e a Neve*, 13<sup>a</sup>. ed. (Lisboa: Guimarães Editores, 1980), 277.

os presos e pão para os filhos, e começam a apedrejar a polícia, que dispara contra elas. Curiosamente, o narrador faz aqui um registo documental, quase desapaixonado, procurando justificar a razão dos disparos e a carga policial sobre os manifestantes, em resposta à violência.

Entretanto, os protestos continuam, com novos comités de greve, mas muitos operários vão desistindo, quebrando a solidariedade com os colegas grevistas; no fim da Segunda Parte, a luta termina, de forma inglória e sem as reivindicações satisfeitas. Em conclusão, os patrões não aumentam os salários, mas prometem não despedir os grevistas. As fábricas reabrem, sob a proteção da guarda republicana.

A respeito desta greve, numa carta escrita em 1947, Ferreira de Castro aborda os problemas que enfrentou ao romancear estes incidentes, a fim de respeitar alguma coerência entre a mimese literária e o que aconteceu, em termos de factos históricos:

Com a perseguição da censura escolhi uma greve tal qual ela foi [...] – uma greve que não pudesse ser contestada. Eu já sabia que o episódio real é um grande inimigo do romancista – um limite, uma fronteira, um trambolho sem plasticidade.

E aconteceu, inevitavelmente, o que era de recear: a greve verdadeira mostrou-se menos convincente, menos sugestiva, mesmo menos... verdadeira do que seria numa greve construída pelo romancista, uma greve imaginada... Eis um problema de estética literária que não é novo, que já tem sido tratado, mas sobre o qual eu tenho, por experiência própria, colhido algumas surpresas e também alguns ensinamentos<sup>23</sup>.

A *Lã e a Neve* também acompanha, à distância, o catastrófico contexto vivido por toda a Europa durante o tempo de guerra (1939-1945). Os operários juntavam-se em grupos a escutar as rádios estrangeiras pela telefonia, sintonizada nas emissões da BBC em português e, num misto de ansiedade e expectativa, seguiam a evolução dos acontecimentos, tais como a queda de Mussolini, a morte de Hitler e a ocupação da Chancelaria do Reich pelo exército russo.

<sup>23</sup> Carta de 1.9.1947, pertencente ao espólio de Mário Dionísio, Casa da Achada.

Com a política de neutralidade adotada por Salazar na II Guerra Mundial, Portugal manteve sempre a sua indústria operativa, tendo beneficiado imenso da conjuntura internacional. Com o aumento da procura de fardamentos militares e praticamente sem concorrência externa, o sector dos lanifícios aproveitou esta oportunidade única de negócio: a estatística industrial de 1943, referente às fábricas de lanifícios, destaca o concelho da Covilhã, que concentrava, a nível nacional, 33% das fábricas, 40% de trabalhadores e 60% da produção têxtil. Em 1945, as 140 unidades fabris covilhanenses empregavam cerca de 6.000 operários, em contraste com a devastação espalhada por toda a Europa.

Perante a situação aterradora de outras nações, os operários portugueses iam sobrevivendo, graças à economia de guerra posta em prática pelo Estado Novo: fomentava-se a indústria, aumentava o trabalho nas fábricas, e os salários, apesar de exíguos, eram pagos com regularidade. No final do romance, o narrador de *A Lã e a Neve* repercute esta mesma ideia:

Naqueles meses de Estio, os jornais começavam a falar das consequências da guerra. Em vez do pão para todos, que se anunciara para depois da luta, haveria, no mundo em ruínas, falta de pão até para muitos dos que, antes da guerra, o tinham abundantemente nas suas arcas. Quando o Inverno imobilizasse os percevejos, milhões de homens na Europa, que à guerra, haviam sobrevivido, morreriam de fome e de frio.

Um dia soubera-se que, por isso, os Americanos tinham feito, também em Portugal, gordas encomendas de cobertores destinados àqueles que, nas aldeias e cidades destruídas, se encontrariam sem abrigo quando a neve começasse a cair na Europa. E, assim, nas fábricas da serra não haveria falta de trabalho, como era tão frequente nos anos em que o mundo vivia em paz<sup>24</sup>.

Contrariamente à visão fatalista e imutável da condição humana proposta pelo naturalismo oitocentista, o neorrealismo, baseado numa metodologia materialista, vai afirmar a existência de uma sociedade

---

<sup>24</sup> Ferreira de Castro, *A Lã e a Neve*, 13<sup>a</sup>. ed. (Lisboa: Guimarães Editores, 1980), 386-387.



dialética, em evolução contínua. Tal como *Gaibéus* (1939), o romance com que Alves Redol inaugura o neorrealismo em Portugal, também *A Lã e a Neve* pode ser considerado um documentário humano que descreve as rotinas da pastorícia transumante e o quotidiano dos operários, repleto de sofrimento e desencanto. À semelhança de Alves Redol, que acompanhou de perto os jornaleiros das lezírias ribatejanas, também Ferreira de Castro se instalou na Covilhã para examinar os pormenores da luta de classes e as míseras condições sociolaborais do operariado têxtil, diariamente oprimido pela engrenagem capitalista. A sua capacidade de observação permitiu-lhe retratar os efeitos da entrada do mundo rural e do artesanato doméstico no processo de industrialização.

Álvaro Cunhal insere *A Lã e a Neve* na corrente neorrealista, entre outros romances, como *Esteiros*, de Soeiro Pereira Gomes, *Seara de Vento*, de Manuel da Fonseca, *Montanha*, de Miguel Torga, ou *Quando os Lobos Uivam*, de Fernando Namora, cujas obras irradiam «uma profunda e comunicativa confiança no povo, na luta, no futuro»<sup>25</sup>. Também Urbano Tavares Rodrigues refere que *A Lã e a Neve* será «talvez o livro onde o realismo social do autor mais apurado se nos apresenta»<sup>26</sup>, e Álvaro Pina elogia-lhe a visibilidade que deu à classe operária fabril, incluindo-a no conjunto da «escrita de oposição e resistência»<sup>27</sup> à cultura dominante nos anos 30 e 40 do século XX.

Na verdade, *A Lã e a Neve* vem comprovar que dos fracos também reza a História da Literatura: esta extensa obra retrata a resistência do povo, denuncia as injustiças sociais e a alienação do indivíduo subjugado ao capitalismo, e deixa uma mensagem final de esperança, com Horácio a abraçar o seu filho recém-nascido, como se a luta popular se transmitisse de geração em geração. Com efeito, Horácio, ao adaptar-se a uma nova vida, vai passando por um processo de aprendizagem, incluindo a tomada de consciência da nova classe a que pertence; contudo, o fio condutor do romance concentra-se sobretudo na ação de um protagonista ambicioso que procura para si uma bem-aventurança

<sup>25</sup> Álvaro Cunhal, “Uma arte voltada para o povo”, in *A Arte, o Artista e a Sociedade* (Lisboa: Editorial Caminho, 1997), 99.

<sup>26</sup> José Augusto Cardoso Bernardes, dir., *Biblos - Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa* (Lisboa: Editorial Verbo, 1995, vol. 1), 1070.

<sup>27</sup> Álvaro Pina, “Conhecer a comunidade, contar a Nação, autorizar a cultura: no cinquentenário da publicação de *A Lã e a Neve*, de Ferreira de Castro”, *Vária Escrita*, 5, (1998): 245.

materialista. Deste modo, a luta solitária do herói individual que troca a vida de simples guardador de rebanhos para se tornar tecelão, motivado pelo sonho irreal de ter uma casa luxuosa, sobrepõe-se ao combate solidário do operariado, o herói coletivo que age sempre em nome da justiça social.

Segundo a mensagem veiculada por Ferreira de Castro na sua utopia industrial, a ordem e o trabalho imperam numa nação pacata, livre de greves sindicais. Neste sentido, ao estar em plena sintonia com a estratégia engendrada por António Ferro, mentor do regime salazarista, para o seu aparelho tentacular de propaganda fascista na década de 40 – massivamente difundida nos livros de leitura do Ensino Primário Elementar, na Exposição do Mundo Português ou nas bancadas do Estádio Nacional –, parece-nos legítimo concluirmos que *A Lã e a Neve* é um grande elogio romanesco ao Estado Novo e às novas regras laborais do corporativismo.